

Memória e representações: deslocamentos e significados sobre o ensino de história
Memory and Representations: displacement and meaning about history teaching

Antonio Simplício de Almeida Neto *

Resumo

Este trabalho discute a utilização de relatos orais de professores – que tem por esteio a memória – como fonte documental em pesquisa sobre o ensino de História, imbricando-a com a *teoria crítica das representações* (Henri Lefebvre), como possibilidade metodológica que supere e não se restrinja à simples verificação de elementos factuais dos eventos relatados e da dualidade falso/verdadeiro, uma vez que não existiriam representações falsas ou verdadeiras, mas “*verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas como dissimuladoras das finalidades ‘reais’.*” (Lefebvre, 1983: 62)¹. Nessa perspectiva, pensar relatos orais como representações implicaria compreender “*menos sobre eventos que sobre significados*” (Portelli, 1997: 31)², entendendo o processo pelo qual essas representações se formam, circulam e deslocam, constituindo-se em atos criativos e simulacros.

Palavras-chave: memória – representação – ensino de história

Abstract

This work discusses the use of oral reports of teachers – which theme is the memory – like a documental source in research about history teaching, putted on the “critique theory of relations” (Henri Lefebvre), as a methodological possibility that overcomes and is not restricted to a simple checking of factual elements of told events and the duality false/true, once there wouldn’t be false or true representations, but “true as answers to ‘real’ problems and false hidens” (Lefebvre, 1983: 62). In this perspective, to think the reports like a representation would imply to comprise “less about events than about meanings” (Portelli, 1997: 31), I understand the processes through which these representations are built, disseminated and displaced, becoming in creative acts and simulacro.

Key-works: Memory – representations – history teaching

1. Em pesquisa que visava discutir a dimensão utópica presente nas representações sobre o ensino de história (Almeida Neto, 2002), utilizei relatos orais de professores de História do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de São Paulo que atuaram nas décadas de 1965-75 e 1985-95, como fonte documental. A escolha dessa temática – dimensão utópica – deveu-se ao fato de tratar-se de um aspecto flagrantemente presente nas várias manifestações sobre o ensino dessa disciplina, facilmente observável em proposições de autores de livros didáticos, discursos de professores, propostas curriculares oficiais e

* Professor Doutor, Adjunto I, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Metodologia de Ensino (DME).

¹ LEFEBVRE, Henri. *La Presencia y la Ausencia: Contribución a la Teoría de las Representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

² PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. in *Projeto História – Cultura e Representação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. Fevereiro/1997.

alternativas, planos de aula e textos acadêmicos, particularmente no período referido. Não é incomum encontrar nas mais diversas publicações sobre o ensino de História a suposição de que essa disciplina poderia conscientizar, instrumentalizar, apontar soluções e caminhos para alunos tornados agentes da história. Ou, por outro lado, que seu uso indevido, conduziria a desvios e obstáculos, produziria alienação, serviria aos dominantes e poderosos. Ocorre que nas últimas décadas, com a chamada crise da modernidade, essa crença nas possibilidades redentoras do ensino de História transmutou-se em paralisia, frustração e imobilismo.

Densificando a questão, evoco o “anjo da história”, da bela e assombrosa análise feita por Benjamin: olhar catatônico, pasmado, asas estendidas, gostaria de “*deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos*” (1986: 226), perplexidade e desolação rondam seu olhar, a angústia mobiliza um desejo lancinante de transformação. No ensino de História, esta interpretação benjaminiana bem serviria como epítome, pois ilustra a condição de muitos professores, a angústia de seu olhar sobre o passado, a observação dos despojos, a vontade de reconstrução, o medo da repetição dos “erros”, o desejo de intervir na transformação. Falo de uma espécie de *Angelus Novus* (Paul Klee) do ensino, um arauto do passado que espera que seus ensinamentos promovam, senão a reconstituição dos fragmentos, ao menos um porvir com menos ruínas. Nas últimas décadas, no entanto, esse *Angelus Novus*, prenhe de desejos de mudança, face à tão alardeada crise da educação, vem se transmutando num professor de História impotente diante das impossibilidades de seu fazer pedagógico, cujo olhar para o passado adquire ares de nostalgia, as tentativas de juntar os fragmentos resultam inúteis, o projeto prospectivo soa anacrônico.

Ocorre que essa temática apresenta uma inerência sólida e fluida, permanente e transitória, mobilizadora e paralisante, presente e ausente, de difícil apreensão, não comportando uma análise restrita à simples verificação de elementos factuais de eventos ou o registro da dualidade falso/verdadeiro, demandando o uso de um suporte teórico capaz de revelar a referida dimensão utópica em seus vários matizes e facetas, nas proposições e práticas cotidianas de professores de História, o que me conduziu à “teoria das representações” proposta por Henri Lefebvre e a opção pela utilização de relatos orais de professores do período, ancorada em teóricos deste campo de conhecimento, que discutiremos a seguir.

2. Em suas atividades diárias e nas relações e conflitos que se estabelecem, dentro e fora da escola, os professores vão formulando suas noções a respeito de sua prática. É na relação entre estes sujeitos e seu objeto que se concebem estas formulações da prática, suas

concepções sobre a vivência, um nível de conhecimento que se estabelece na forma de representações sobre o real. A dimensão utópica se afigura como uma representação de várias facetas: sobre o ensino de História, suas potencialidades, projetos, possibilidades de transformação sócio-econômica, permanência de ideais, conservação, surgimento de novas perspectivas, devaneios e decepções, restauração, ceticismo. A própria idéia de utopia se constitui numa visão prospectiva, uma projeção de futuro que se faz a partir das incongruências do presente, ou seja, uma representação do presente que se projeta sobre o futuro, podendo ser considerada falsa, ilusória ou quimérica, frente a concepções supostamente mais verdadeiras e reais. Porém, um olhar assim simplificador pode conduzir a equívocos, ao desconsiderar que sonhos podem produzir movimentos e ilusões induzir gestos.

A teoria crítica das representações proposta por Henri Lefebvre, busca resolver este impasse imobilizador que nos impede de aprofundar a análise tanto das vivências concretas como das concepções que sobre elas são formadas. Em *“La Presencia e la Ausencia”* (1983), lembra que diferentes autores que trataram o tema das representações o fizeram tomando-o por elemento a ser superado ou transcendido, já que o entendia como ilusório, errado e irreal. Propõe, diferentemente, tratar as representações como existentes e reais, pois que possuem uma força na sociedade que é real e que não pode ser negada. Sobre o dilema em questão, afirma que *“... as representações não falsas nem verdadeiras, senão às vezes falsas ou verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas como dissimuladoras de das finalidades ‘reais’.”*³ (Lefebvre, 1983: 62)

Somente através da análise é possível escapar das representações enganosas que ocorrem nos processos de representação e que são sua força, resultando em simulacros, repetições e situações miméticas. Sintetizando esta noção em Lefebvre, Lutfi afirma que o...

(...) papel da teoria crítica das representações não é destruí-las, pois não é possível viver e compreender uma situação sem representá-la. A filosofia, tradicionalmente, quer eliminar as representações. Sem elas, entretanto, só restam a morte e o nada. A teoria deve expor o poder da representação no mundo contemporâneo, deslindar os mecanismos de sua produção e permanência, e ao fazê-lo anunciar ‘um pensamento novo e ativo já em marcha’. (1996: 96)

As representações apresentam-se como manifestações da relação do concebido com a vivência, emergindo da consciência individual e da correlação com as condições históricas particulares e gerais, é fruto do ser individual e social. Assim, entende-se que a representação é inerente ao viver e sua compreensão. Mas se é no cotidiano que se formam as representações capazes de dissimular o vivido, através dos deslocamentos e substituições que

³ Tradução livre do original em espanhol.

se interpõe entre o representado e o representante, é aí que se formulam as críticas, também na forma de representações, que combatem a homogeneidade e a unidade pretendidas pelas representações hegemônicas. Isso significa dizer que o cotidiano contém tanto as representações enganosas, que encobrem questões relevantes, como aquelas que apontam para o porvir, a utopia. Não as utopias abstratas, que Lefebvre trata de atacar, mas a utopia do possível, manifesta no descontentamento e desejo de transformação. É no cotidiano que se encontra, portanto, tanto a dissimulação como o *gérmen* da mudança.

Pensando-as socialmente, as representações formam-se da maneira como os grupos são e como se vêem, como atuam e como pensam sua atuação, como sofrem e sonham o porvir. Para Lefebvre, as...

(...) representações não são simples fatos, nem resultados compreensíveis por sua causa e nem simples efeitos. São fatos de palavras (ou se preferir de discurso) e de prática social. Portanto, as representações e suas tendências provêm de 'sujeitos' sem se reduzir a uma subjetividade, e tem uma objetividade sem se reduzir a objetos sensíveis ou sociais, muito menos a 'coisas'. (1983: 94-5)

Nestas instâncias, em sua relação, é que poderemos flagrar as representações em seu uso, interferindo na realidade, produzindo movimentos e disputas, induzindo ações e relações.

Pensar a dimensão utópica no ensino de História tendo como referência as proposições de Lefebvre, redimensiona a questão em novas possibilidades, para além da visão limitadora e simplicadora do certo/errado, existe/não existe, falso/verdadeiro. Assim, considere que a partir do cotidiano escolar e nas suas relações interna e externa é que se formam as representações sobre o próprio ensino de História e o discurso utópico do qual se investe; que esta utopia tem uma gênese e genealogia passíveis de serem averiguadas; que esta representação se transforma a partir do concebido e do vivido; que tem levado a ações de criação; que tem produzido simulacros e mimeses; que tem servido a manipulações; que tem sido reproduzido indistintamente; que tem pretendido ser homogeneizador, estereotipado e empobrecedor das ações na cotidianidade; que tem sido banalizado e mercantilizado, se oferecendo ao consumo, obscurecendo a própria história.

3. O relato oral, importante e adequada fonte documental para a investigação da temática investigada e aqui apresentada, tem por esteio a memória, que se apresenta como uma espécie de tecido puído que se vai cerzindo fio a fio numa urdidura sutil e silenciosa. Olhar para esta trama, que se gasta ao mesmo tempo em que se constitui, requer uma abordagem cautelosa e criteriosa, pois possui evidentes limitações e imprecisões para as quais

se deve estar atento, não como fatores impeditivos ou fraquezas, mas como especificidades a serem estudadas e tornadas assertivas.

A utilização dessa fonte documental tem recebido nas últimas décadas importante aporte teórico e metodológico através de publicações, encontros de especialistas e debates que dissiparam muitos dos questionamentos que recaíam sobre as supostas precariedades dos relatos orais e da fragilidade da memória. Entendo haver consenso de que esta questão esteja superada, uma vez que qualquer fonte documental utilizada pelo historiador está sujeita a imprecisões, foi produzida em determinado contexto histórico envolvendo subjetividades, pressões, crenças, interesses.

Em conferência proferida junto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, Pollak (1992: 207) afirma ser esta questão um preciosismo, pois as fontes orais estariam sujeitas a limitações e imprecisões tanto quanto qualquer tipo de documentação, o que lhe confere o mesmo grau de legitimidade que possui qualquer outra fonte documental. Para ele, o diferencial está no rigor crítico que deve ser aplicado pelo historiador na coleta, seleção e análise das fontes, seja qual for seu tipo. Para Vidal, trata-se de uma...

(...) discussão estéril. Tanto os documentos escritos como os orais são 'monumentos', são documentos históricos, criados por determinações objetivas e subjetivas que nos fogem à detecção. O importante, portanto, é usá-los como documentos históricos, ou seja, como documentos produzidos historicamente, no que eles nos podem oferecer de subsídios à compreensão do passado e do que este passado se tornou presente. (...) Sua importância (ou sentido mesmo) está no que o historiador faz com ela. (1990: 82).

A questão que se aponta é a de se entender as especificidades dos relatos orais, da memória, da história oral. Trata-se de identificar e ressaltar as diferenças entre este tipo de fonte e as tradicionalmente utilizadas, e não querer igualá-las ou encontrar pseudo-vantagens, observar que atende a necessidades de pesquisa que só ela pode suprir e que, portanto, requer formas de interpretação diferenciadas de outros tipos de fontes, que não lhe são excludentes. (Portelli I, 1997: 26)

Algumas questões referentes ao uso de relatos e seu suporte, a memória, tem sido exaustivamente debatidas, apresentado algumas possíveis conclusões:

a) O relato não é a experiência, mas o que a memória fez dela (Hall, 1992: 157), pois implica seleção, (re) interpretação, (re) leitura, (re) avaliação de fatos do passado;

b) ao rememorar o passado busca-se atribuir um sentido para a própria vida, para as relações familiares e sociais, o desenvolvimento da vida profissional, as escolhas e posicionamentos (Janotti e Rosa, 1992-1993: 13);

c) mais que um simples mecanismo de produzir lembranças, a memória é o que possibilita estarmos no mundo, situados nos grupos sociais, estabelecendo relações, num “*processo ativo de criação de significações*” e re-significações (Portelli I, *ibidem*: 33), reavaliados em função dos acontecimentos do presente (Portelli II, 1997: 12 e Soares, 1991: 40);

d) sob certo aspecto, o relato oral se apresenta como uma lembrança preconcebida (Hall, *ibidem*, p. 158-9), como um pacote pronto com os fatos do passado devidamente ajustados a uma versão mais conveniente e confortável para o depoente;

e) alguns relatos se constituem como busca de justificação e valorização da história pessoal e do grupo ao qual se pertence, um “*sentimento de identidade (...) o sentido da imagem de si, para si e para os outros.*” (Pollak, *ibidem*: 204 e Thompson, 1998: 288-9);

f) é possível verificar certa transferência de memória, tanto na projeção do presente sobre o passado (Hall, *ibidem*: 158), como na projeção de outros eventos sobre o evento rememorado ou projeção do grupo social sobre a lembrança individual, uma memória herdada (Pollak, *ibidem*: 201-2) ou reprimida e silenciada (Thompson, *ibidem*: 281);

g) a memória resulta de “*determinações sociais complexas*”, pois nós “*pensamos, lembramos e exprimimo-nos em forma social e culturalmente determinadas.*” (Hall, *ibidem*: 157);

h) a memória não é, contudo, a expressão da essência dos grupos sociais (Pollack, *ibidem*: 205), pois se trata de um fenômeno concebido como uma construção feita em torno de conflitos e disputas;

i) a relação de suposta neutralidade e/ou passividade entre pesquisador e depoente (Portelli II, *ibidem*: 8 e Vidal, 1995: 234) e

j) o risco de “*...transformar tudo em mera subjetividade e a história apenas numa simples coleção de testemunhos e depoimentos*” (Costa, 1988: 9).

5. O caráter destas inevitáveis distorções da memória manifesta-se como uma trama de variáveis que estão envolvidas no ato de lembrar, selecionar fatos, valorar, analisar, atribuir significado, re-significar, representar o passado, agora filtrado pelo presente. A memória se apresenta como uma representação que se sobrepõe às representações do período rememorado, constituindo-se como sucessivas relações de presença/ausência que resistem ao tempo.

Nesse sentido, considerando o propósito da pesquisa referida, entendo necessário tratar as fontes orais como documentos orais em sua especificidade, e não como documentos escritos ou iconográficos, concordando com Portelli, para quem:

(...) a primeira coisa que torna a história oral diferente é aquela que nos conta menos sobre **eventos**⁴ que sobre **significados**. (...) Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. (...) Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (...) são aceitáveis mas com uma credibilidade **diferente**. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há ‘falsas’ fontes orais.. (Portelli, *ibidem*: 31-2)

Desta maneira, o que parecia fragilidade torna-se asserção. Há que se saber o que se quer. Não se trata de descartar o uso de outras fontes ou a verificação da credibilidade factual do conteúdo dos relatos, mas isso não invalida as informações emitidas pelo depoente, sua visão dos fatos, seus anseios, suas frustrações, representações que possuem significado para o entrevistado, pois produziram ações e inércia, dores e alegrias, sonhos e descrenças. Tal enfoque coaduna-se com minha proposta e perspectiva de trabalho, já que não tive a pretensão e a expectativa de encontrar verdades factuais em depoimentos objetivos, mas sim de analisar as representações de professores de história acerca da dimensão utópica que transparece em sua visão de história, sobre sua própria prática e sobre sua disciplina, através de seus relatos.

A questão apresentada, portanto, foi o entendimento de como estes aspectos, constituídos como representações e traduzidos pela construção da memória, revelam-se e se tornam opacos, dizem-se e não se dizem, cobrem-se e se descobrem, numa dialética formativa e fundante da dimensão utópica. Como se tornam presentes e ausentes no discurso dos professores de História sobre a disciplina que lecionam, produzindo deslocamentos e significados, interferindo em seu cotidiano, sua atuação e práticas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA NETO, Antonio S. de. *Dimensão Utópica nas Representações Sobre o Ensino de História: Memórias de Professores*. 2002. 310 páginas. Tese (Doutorado em Historiografia e História da Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), São Paulo.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴ Grifos do original.

COSTA, Emília Viotti da. História, Metáfora e Memória: a Revoltas de Escravos de 1823 em Demerara. SP: *Arquivo e História*. jan/jun, 1988.

HALL, Michael M. História Oral: Os Riscos da Inocência. in *O Direito à Memória*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco e ROSA, Zita de Paula. História Oral: Uma Utopia? in *Memória, História, Historiografia: Dôssie ensino de História*. Revista Brasileira de História nº 25/26. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, setembro 92/agosto 93.

LEFEBVRE, Henri. *La Presencia y la Ausencia: Contribución a la Teoría de las Representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LUTFI, Eulina Pacheco. LUTFI, Eulina Pacheco, SOCHACZEWSKI, Suzanna e JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações e o Possível. in MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. SP: Hucitec. 1996.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. in *Estudos Históricos*. Vol 5. nº 10. RJ: 1992.

PORTELLI, Alessandro (I). O que faz a história oral diferente. in *Projeto História – Cultura e Representação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. Fevereiro/1997.

_____ (II). Forma e significado na História Oral. A Pesquisa como um experimento em igualdade. in *Projeto História – Cultura e Representação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. Fevereiro/1997.

SOARES, Magda. *Metamemória – Memórias. Travessia de Uma Educadora*. SP: Cortez, 1991.

THOMPSON, Alistair. Quando a Memória é um Campo de Batalha: Envolvimentos Pessoais e Políticos com o Passado do Exército Nacional. in *Projeto História – Cultura e Representação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. nº 16, Fevereiro/1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Memória. Operária: um estudo de caso com a utilização do método de História Oral. in MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. I Encontro Regional de História Oral / Sudeste-Sul. SP: Xamã, 1995.

_____. De Heródoto ao Gravador: História da História Oral. in *Resgate – Revista interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória – UNICAMP*. Campinas: Papyrus, 1990, nº 1.